

BOLSA-FAMÍLIA

PREFEITURAS MIRAM 14.428

BENEFICIÁRIOS SUSPEITOS

As 78 cidades do Estado vão revisar inscritos no programa



DIVULGAÇÃO

Cadastro do Bolsa-Família: cidades capixabas terão que fazer um pente-fino em todos os inscritos no programa

✎ **MIKAELLA CAMPOS**
mikaella.campos@redgazeta.com.br

✎ A suspeita de irregularidades no Bolsa-Família obrigará os 78 municípios do Estado a fazer um pente-fino no cadastro de beneficiários. Uma investigação do Ministério Público Federal encontrou no Espírito Santo 14.428 pessoas suspeitas de receber indevidamente o auxílio pago pela União.

Dos municípios capixabas, Serra é o que apresenta o maior número de segurados com inconsistências em seus cadastros. Foram identificados 2.096 casos com aparência de fraude. Depois, aparecem Vila Velha, com 1.508 registros; Cariacica, com 1.333; e Vitória, com 1.228 bolsistas entre os perfis com divergências.

O projeto Raio-X Bolsa-Família, do MPF, encontrou pagamentos no valor total de R\$ 46.360.181, realizados entre 2013 e maio de 2016, com índices de irregularidades.

No país, foram pagos R\$ 3,3 bilhões a 870 mil beneficiários que não atendiam ao perfil do programa. As informações foram divulgadas ontem pela Procuradoria-Geral da República em um site criado especificamente para permitir a população consultar os dados da apuração. O MPF orientou 4.703 prefeituras a realizarem visitas aos beneficiários para comprovar se todos estão enquadrados nas regras do programa.

Apesar de o programa contar com recurso federal, é obrigação dos municípios incluírem as famílias de bai-

xa renda no Cadastro Único. São necessárias análises socioeconômicas e mesmo visitas a casas das famílias na tentativa de comprovar a veracidade dos dados fornecidos pelos candidatos.

No Estado, a Prefeitura da Serra já começou a revisar a lista de beneficiários. Em nota, o município disse que o cadastramento é feito rotineiramente, mas que o trabalho foi intensificado em maio. "As famílias em que foram constatadas irregularidades já estão com o benefício bloqueado", disse.

A Prefeitura de Vila Velha iniciou também um traba-

lho de fiscalização. Os Centros de Referência e Assistência Social (Cras) estão atendendo a cerca de 300 famílias por mês para recadastrar-las. O município recebeu uma lista de beneficiários suspeitos de fraude do governo federal e está enviando assistentes sociais para realizar visitas no local de moradia para averiguar se há mesmo irregularidades.

Vitória, que apresentou o quarto maior percentual de recursos pagos indevidamente (6,2%) entre as capitais no país (R\$ 4,2 milhões), por meio de nota também informou que tem feito um trabalho para erradicar as fraudes depois de ter sido notificada pelo MPF.

A Secretaria de Assistência Social informou que deu início ao processo de revisão dos dados cadastrais, mas ressaltou que não cumpre o papel de investigação e que os dados inscritos no Cadastro Único são autodeclaratórios. (Com agências)

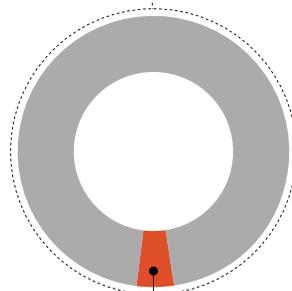
PENTE-FINO

RAIO-X BOLSA-FAMÍLIA

2013 a maio de 2016

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA

331.190

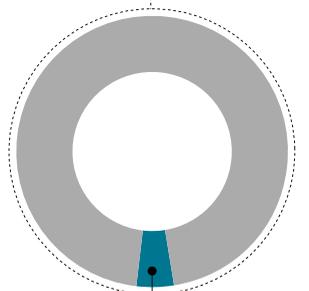


14.428
4,35%

foram considerados
PERFIS SUSPEITOS

PAGOS PELO PROGRAMA

R\$ 1.058.923.120



R\$ 46.360.181
4,38%

foram pagos a
PERFIS SUSPEITOS

10.196
75,47%

EMPRESÁRIOS

R\$ 34.988.700
68,19%

3.971
23,45%

SERVIDORES PÚBLICOS (Clã de até 4 pessoas)

R\$ 10.869.324
21,18%

110
0,57%

FALECIDOS

R\$ 262.253
0,51%

123
0,31%

DOADORES DE CAMPANHA (Doação maior que o benefício)

R\$ 146.031
0,28%

28
0,20%

SERVIDORES PÚBLICOS (Doação maior que o benefício)

R\$ 93.873
0,18%

OS MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE BENEFÍCIOS SUSPEITOS

Município	Beneficiários	Valores	Percentual pago
Serra	2.096	R\$ 7.025.083,00	5,93%
Vila Velha	1.508	R\$ 4.392.629,00	5,92%
Cariacica	1.333	R\$ 4.675.610,00	4,38%
Vitória	1.228	R\$ 4.260.253,00	6,20%
Linhares	666	R\$ 2.273.928,00	4,77%
São Mateus	472	R\$ 1.521.885,00	4,47%
Cachoeiro	409	R\$ 1.210.112,00	3,82%
Colatina	393	R\$ 1.189.662,00	5,13%
Aracruz	315	R\$ 1.030.632,00	4,43%
Guarapari	288	R\$ 713.510,00	3,48%

IRREGULARIDADES

Morto, servidor e empresário estão na lista

Raio-X revelou pessoas fora de perfil de pobreza ou de extrema pobreza exigido pelo programa

▄ O Raio-X Bolsa-Família, do Ministério Público Federal, encontrou, a partir de cruzamento de dados, grupos de beneficiários com indicativos de renda incompatíveis com o perfil de pobreza ou extrema pobreza exigido pelas normas do programa.

A investigação encontrou no Espírito Santo 10.196 empresários, 3.971 servidores públicos, 110 mortos, 123 doadores de campanha e 28 servidores públicos doadores de campanha entre os inscritos no Bolsa-Família.

Somente no município da Serra, dos 2.096



Cartão do programa: Estado é o 10º com irregularidades

ARQUIVO

suspeitos, 1.734 são empresários ou integram o mesmo grupo familiar de pessoas com CNPJ, segundo o método de investigação do MPF.

O Ministério Público Federal classificou Estados e o Distrito Federal de acordo com o percentual de recursos pagos a perfis

suspeitos, considerando o valor total recebido por aquela unidade.

O Estado com maior incidência percentual de perfis suspeitos foi Roraima, com 8,89% de recursos do programa pagos. O Espírito Santo está na 10ª colocação no ranking de benefícios suspeitos.

PERFIS DE BENEFICIÁRIOS SUSPEITOS

▼ Falecidos

Estão nesse grupo os titulares (receptores) de benefícios do programa Bolsa-Família cujos CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou NIS (Número de Inscrição Social) utilizados no cadastro foram identificados como pertencentes a cidadãos falecidos. A recomendação do MPF nesses casos é para que a prefeitura verifique, inclusive com visita local às famílias feita pelas prefeituras, se houve algum equívoco no momento do cadastro e se o receptor do benefício de fato está vivo.

▼ Servidores Públicos com clã familiar de até quatro pessoas

Integram esse grupo tanto os titulares do benefício, quanto aqueles que integram seu clã familiar, que são servidores públicos federais, estaduais ou municipais. A condição de servidor, por si só, não impede que o cidadão se enquadre no perfil econômico exigido pelo programa para a concessão do benefício. Contudo, como a

Administração Pública não pode pagar a qualquer servidor vencimento inferior ao salário mínimo, tendo o beneficiário declarado ter família com menos de quatro pessoas, conforme já apurado também pela ferramenta, o MPF entende que esses cadastros merecem ser revisados, com visitas prévias às famílias.

▼ Doadores de campanha eleitoral (doação maior que benefício)

Estão agrupados nesta categoria tanto os titulares do benefício, quanto aqueles que integram seu clã familiar, que aparecem, segundo dados do TSE, como doadores de campanha no mesmo exercício em que receberam o benefício do governo federal. O fato de ser doador não significa que o beneficiário está em situação irregular. No entanto, quando o valor doado supera o valor do Bolsa-Família, é possível inferir que o beneficiário não precisa do dinheiro para sua subsistência. Daí a necessidade de revisão dos cadastros.

▼ Empresários

Foram incluídos nesse grupo tanto os titulares do benefício, quanto aqueles que integram seu clã familiar, cujos CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou NIS (Número de Inscrição Social) utilizados no cadastro estão vinculados a um ou mais CNPJs, indicando que são pessoas proprietárias ou responsáveis por empresas. O MPF não descarta a possibilidade de haver pequenos empresários que atendam aos requisitos de hipossuficiência (pobreza ou extrema pobreza) exigidos.

▼ Servidores doadores de campanha

Compõem este grupo tanto os titulares do benefício quanto aqueles que integram o clã familiar informado que são, simultaneamente, servidores públicos (federais, estaduais ou municipais) e doadores de campanhas eleitorais, independentemente do valor doado.

Fonte: Agência Estado